

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	18
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Dividendo	15/02/2017	Ordinária		0,04706
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	15/02/2017	Ordinária		0,02906
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Dividendo	30/03/2017	Ordinária		0,04863
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Dividendo	30/03/2017	Ordinária		0,10125

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.743.070	2.708.714
1.01	Ativo Circulante	267.564	227.773
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.536	45.969
1.01.03	Contas a Receber	613	762
1.01.03.01	Clientes	613	762
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.430	24.580
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.430	24.580
1.01.07	Despesas Antecipadas	31	29
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	194.954	156.433
1.01.08.03	Outros	194.954	156.433
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	12.851	10.325
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	181.391	145.515
1.01.08.03.03	Outros créditos	712	593
1.02	Ativo Não Circulante	2.475.506	2.480.941
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.031.015	1.019.242
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.787	5.565
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.024.934	1.013.392
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	125.498	122.038
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	899.436	891.354
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	294	285
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	294	285
1.02.02	Investimentos	1.398.703	1.413.677
1.02.02.01	Participações Societárias	1.398.703	1.413.677
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.398.703	1.413.677
1.02.03	Imobilizado	25.343	26.200
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.343	26.200
1.02.04	Intangível	20.445	21.822
1.02.04.01	Intangíveis	20.445	21.822

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.743.070	2.708.714
2.01	Passivo Circulante	393.092	180.342
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.792	19.132
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.792	19.132
2.01.02	Fornecedores	4.255	11.212
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.255	11.212
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.687	1.983
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.687	1.983
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	0	1.983
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	368.602	110.103
2.01.04.02	Debêntures	368.602	110.103
2.01.05	Outras Obrigações	1.756	37.912
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	563	2.384
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	132	180
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	431	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	2.204
2.01.05.02	Outros	1.193	35.528
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	34.238
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.167	1.290
2.02	Passivo Não Circulante	1.444.332	1.649.586
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.437.198	1.642.472
2.02.01.02	Debêntures	1.437.198	1.642.472
2.02.02	Outras Obrigações	6.568	6.469
2.02.02.02	Outros	6.568	6.469
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	6.568	6.469
2.02.04	Provisões	566	645
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	566	645
2.03	Patrimônio Líquido	905.646	878.786
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	5.256	5.085
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.256	5.085
2.03.04	Reservas de Lucros	143.107	176.986
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reservas de dividendos	3.764	37.643
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	60.568	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	43.527	46.233
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.559	-23.136
3.03	Resultado Bruto	20.968	23.097
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	162.223	128.150
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.821	-4.926
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	-8
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.122	-1.291
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimento	-1.122	-1.291
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	180.164	134.375
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	165.540	123.020
3.04.06.02	Juros sobre Capital Proprio recebidos	14.624	11.355
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	183.191	151.247
3.06	Resultado Financeiro	-19.208	-28.917
3.06.01	Receitas Financeiras	37.171	18.777
3.06.02	Despesas Financeiras	-56.379	-47.694
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	163.983	122.330
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-87	-654
3.08.01	Corrente	-309	-502
3.08.02	Diferido	222	-152
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	163.896	121.676
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	163.896	121.676
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,23524	0,17464

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	163.896	121.676
4.03	Resultado Abrangente do Período	163.896	121.676

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.846	-11.308
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.983	26.030
6.01.01.01	Lucro Líquido	163.896	121.676
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.118	2.950
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	1.122	1.291
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	53.225	45.784
6.01.01.05	Prêmio de opções com base em ações	83	142
6.01.01.06	Tributos diferidos	-222	152
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-180.164	-134.375
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	3	0
6.01.01.09	Juros sobre Contrato de Mútuo/Cessão e assunção de dívidas	-35.299	-12.087
6.01.01.10	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-86	0
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	7	3
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-9	-8
6.01.01.14	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	309	502
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-26.829	-37.338
6.01.02.01	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-309	-275
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-850	-5.509
6.01.02.03	Outros créditos	-119	2.258
6.01.02.04	Fornecedores	-6.957	-2.231
6.01.02.05	Obrigações sociais	-2.340	-4.988
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-296	319
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-24	-432
6.01.02.08	Partes relacionadas	-16.081	-26.467
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-2	33
6.01.02.10	Pagamento dos depósitos judiciais	0	-30
6.01.02.12	Clientes	149	-16
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	192.832	93.079
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-887	-490
6.02.02	Aporte de Capital	-21.976	0
6.02.03	Transações com partes relacionadas - Mutuo/Cessão e assunção de dívida	2.141	1.813
6.02.04	Dividendos recebidos	213.554	91.756
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-171.419	-95.184
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-171.419	-95.184
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	567	-13.413
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45.969	183.381
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.536	169.968

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	171	-33.879	-103.328	0	-137.036
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	171	0	0	0	171
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.879	-103.328	0	-137.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	163.896	0	163.896
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	163.896	0	163.896
5.07	Saldos Finais	696.715	5.256	143.107	60.568	0	905.646

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	277	-21.000	-74.184	0	-94.907
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	277	0	0	0	277
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.000	-74.184	0	-95.184
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	121.676	0	121.676
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	121.676	0	121.676
5.07	Saldos Finais	696.715	4.594	118.003	47.492	0	866.804

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	48.999	52.047
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	48.999	52.047
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.796	-3.976
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.958	-3.135
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.838	-841
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.203	48.071
7.04	Retenções	-4.240	-4.241
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.118	-2.950
7.04.02	Outras	-1.122	-1.291
7.04.02.01	Amortização ágio de investimentos	-1.122	-1.291
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	32.963	43.830
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	217.335	153.152
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	180.164	134.375
7.06.02	Receitas Financeiras	37.171	18.777
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	250.298	196.982
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	250.298	196.982
7.08.01	Pessoal	21.209	20.407
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.906	17.302
7.08.01.02	Benefícios	2.049	2.073
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.254	1.032
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.559	6.468
7.08.02.01	Federais	4.620	5.433
7.08.02.03	Municipais	939	1.035
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.634	48.431
7.08.03.01	Juros	43.789	22.855
7.08.03.02	Aluguéis	3.255	737
7.08.03.03	Outras	12.590	24.839
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	163.896	121.676
7.08.04.02	Dividendos	103.328	74.184
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.568	47.492

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	6.215.470	6.104.720
1.01	Ativo Circulante	1.016.676	917.610
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	665.796	583.088
1.01.01.01	Caixa e Bancos	665.796	583.088
1.01.03	Contas a Receber	121.980	134.488
1.01.03.01	Clientes	121.980	134.488
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.973	25.676
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.973	25.676
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.713	4.277
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	195.214	170.081
1.01.08.03	Outros	195.214	170.081
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	62.351	61.748
1.01.08.03.03	Outros créditos	8.443	6.823
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	124.420	101.510
1.02	Ativo Não Circulante	5.198.794	5.187.110
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.138.466	1.124.767
1.02.01.06	Tributos Diferidos	137.679	137.599
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	137.679	137.599
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	127	140
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	899.436	891.354
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	899.436	891.354
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	101.224	95.674
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	92.978	89.031
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	8.246	6.643
1.02.03	Imobilizado	133.028	138.955
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	133.028	138.955
1.02.04	Intangível	3.927.300	3.923.388
1.02.04.01	Intangíveis	3.927.300	3.923.388

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	6.215.470	6.104.720
2.01	Passivo Circulante	1.446.910	1.219.511
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.933	43.254
2.01.01.01	Obrigações Sociais	37.933	43.254
2.01.02	Fornecedores	36.315	58.589
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.315	58.589
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.257	27.963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.257	27.963
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	29.257	27.963
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.149.259	850.917
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	331.889	320.332
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	331.889	320.332
2.01.04.02	Debêntures	817.265	530.486
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	105	99
2.01.05	Outras Obrigações	46.925	80.617
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.325	13.144
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	14.325	13.144
2.01.05.02	Outros	32.600	67.473
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	34.238
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	24.569	24.019
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8.005	9.216
2.01.06	Provisões	147.221	158.171
2.01.06.02	Outras Provisões	147.221	158.171
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	73.563	87.531
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	37.817	38.124
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	35.841	32.516
2.02	Passivo Não Circulante	3.791.401	3.933.840
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.423.969	3.581.224
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	384.376	394.477
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	384.376	394.477
2.02.01.02	Debêntures	3.039.593	3.186.719
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	28
2.02.02	Outras Obrigações	34.125	38.507
2.02.02.02	Outros	34.125	38.507
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	32.523	31.080
2.02.02.02.05	Obrigações com poder concedente	1.602	7.427
2.02.03	Tributos Diferidos	19.964	20.136
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.964	20.136
2.02.04	Provisões	313.343	293.973
2.02.04.02	Outras Provisões	313.343	293.973
2.02.04.02.05	Provisões para perda cíveis, trabalhistas e tributárias	81.304	79.664
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	204.361	180.541
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	27.678	33.768
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	977.159	951.369
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	5.256	5.085

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.256	5.085
2.03.04	Reservas de Lucros	143.107	176.986
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reserva de dividendos	3.764	37.643
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	60.568	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	71.513	72.583

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	686.316	608.379
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-308.714	-263.807
3.03	Resultado Bruto	377.602	344.572
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.018	-25.763
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.120	-25.744
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	102	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-19
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	341.584	318.809
3.06	Resultado Financeiro	-85.309	-121.303
3.06.01	Receitas Financeiras	59.339	50.041
3.06.02	Despesas Financeiras	-144.648	-171.344
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	256.275	197.506
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-88.929	-69.819
3.08.01	Corrente	-89.181	-70.219
3.08.02	Diferido	252	400
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	167.346	127.687
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	167.346	127.687
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	163.896	121.676
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.450	6.011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,23524	0,17464

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	167.346	127.687
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	167.346	127.687
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	163.896	121.676
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.450	6.011

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	347.371	326.610
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	482.452	440.867
6.01.01.01	Lucro Líquido	167.346	127.687
6.01.01.02	Depreciação e amortização	91.576	74.146
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	129.550	140.809
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	-948	2.079
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.186	-1.602
6.01.01.06	Baixa do ativo propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	1.009	51
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	20.624	17.257
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para manutenção e construção de obras futuras	8.693	7.534
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	171	277
6.01.01.10	Tributos diferidos	-252	-400
6.01.01.11	Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - PECLD	781	-101
6.01.01.12	Capitalização de Juros	-3.497	-160
6.01.01.13	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.070	1.215
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.212	3.125
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	348	133
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.369	-2.649
6.01.01.17	Juros sobre contratos de mútuo/Cessão e Assunção de dívidas	-31.227	-8.257
6.01.01.18	Obrigações com o Poder Concedente	10.370	9.504
6.01.01.19	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	89.181	70.219
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-135.081	-114.257
6.01.02.01	Clientes	11.727	-5.964
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.297	-8.930
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-423	1.156
6.01.02.04	Outros créditos	-1.620	2.410
6.01.02.05	Fornecedores	-22.274	-16.169
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-5.321	-8.648
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.294	1.242
6.01.02.08	Outras contas a pagar	232	117
6.01.02.09	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-85.856	-52.154
6.01.02.10	Partes relacionadas	-113	-2.732
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-642	-632
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-25.862	-23.293
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-2.926	-660
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-90.064	-73.934
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-87.073	-75.186
6.02.02	Aporte de capital de acionistas não controladores	1.890	0
6.02.03	Dividendos minoritários	-6.420	0
6.02.04	Stock Option acionistas não controladores	10	14

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.02.06	Partes relacionadas - mútuos	1.529	1.238
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-174.599	-200.620
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-20	-1.705
6.03.02	Pagamento de Obrigações com o Poder Concedente	-14.697	-13.806
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	49.885	492
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-14.945	-40.188
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-171.419	-95.184
6.03.07	Juros pagos	-23.403	-50.229
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	82.708	52.056
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	583.088	664.295
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	665.796	716.351

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	171	-33.879	-103.328	0	-137.036	-4.520	-141.556
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	1.890	1.890
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	171	0	0	0	171	10	181
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.879	-103.328	0	-137.207	-6.420	-143.627
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	163.896	0	163.896	3.450	167.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	163.896	0	163.896	3.450	167.346
5.07	Saldos Finais	696.715	5.256	143.107	60.568	0	905.646	71.513	977.159

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	277	-21.000	-74.184	0	-94.907	14	-94.893
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	277	0	0	0	277	14	291
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.000	-74.184	0	-95.184	0	-95.184
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	121.676	0	121.676	6.011	127.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	121.676	0	121.676	6.011	127.687
5.07	Saldos Finais	696.715	4.594	118.003	47.492	0	866.804	62.004	928.808

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	748.439	665.728
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	636.652	580.307
7.01.02	Outras Receitas	24.662	20.817
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	87.125	64.604
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-187.100	-153.934
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-170.423	-143.675
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.677	-10.259
7.03	Valor Adicionado Bruto	561.339	511.794
7.04	Retenções	-91.576	-74.146
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-91.576	-74.146
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	469.763	437.648
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	59.399	50.041
7.06.02	Receitas Financeiras	59.399	50.041
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	529.162	487.689
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	529.162	487.689
7.08.01	Pessoal	60.116	57.944
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.935	45.862
7.08.01.02	Benefícios	10.179	9.573
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.002	2.509
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	151.052	127.168
7.08.02.01	Federais	117.460	96.409
7.08.02.03	Municipais	33.592	30.759
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	150.648	174.890
7.08.03.01	Juros	97.752	82.618
7.08.03.02	Aluguéis	5.940	3.546
7.08.03.03	Outras	46.956	88.726
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	167.346	127.687
7.08.04.02	Dividendos	103.328	74.184
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.568	47.492
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.450	6.011

Comentário do Desempenho

EcoRodovias Concessões anuncia resultados do 1T17

São Bernardo do Campo, 08 de maio de 2017 – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2017 (1T17). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com – as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao primeiro trimestre de 2016 (1T16).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego consolidado no 1T17 foi de 74.266 mil veículos equivalentes pagantes, com crescimento de 0,6% quando comparado com o 1T16.
- O EBITDA pró-forma totalizou R\$453,8 milhões com margem EBITDA pró-forma de 75,7%.
- A receita líquida no 1T17 foi de R\$686,3 milhões e R\$608,4 milhões no 1T16. A receita pró-forma no 1T17 foi de R\$599,2 milhões e R\$543,8 milhões no 1T16.

Destaques (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Volume de tráfego ¹	74.266	73.809	0,6%
Tarifa média ²	8,57	7,86	9,0%
Receita líquida	686,3	608,4	12,8%
Lucro líquido do período	163,9	121,7	34,7%
EBITDA Pró-forma ³	453,8	410,2	10,6%
Margem EBITDA Pró-forma ³	75,7%	75,4%	0,3 p.p.
Capex	116,4	98,6	18,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes

² Em Reais

³ Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, ECO101 e Ecoponte. Nos primeiros três meses findo em 31 de março de 2017, registramos a passagem de 74,3 milhões de veículos equivalentes pagantes nas 7 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

ANÁLISE DO RESULTADO

Comentário do Desempenho

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO equivalentes pagantes x mil)	(veículos	1T17	1T16	Var.
Comercial				
Ecovias dos Imigrantes		6.911	6.726	2,7%
Ecopistas		6.084	5.707	6,6%
Ecovia Caminho do Mar		3.391	3.164	7,2%
Ecocataratas		4.366	4.470	-2,3%
Ecosul		4.339	4.135	4,9%
ECO101		7.325	7.626	-4,0%
Ecoponte		1.105	1.138	-2,9%
Total		33.521	32.966	1,7%
Passeio				
Ecovias dos Imigrantes		9.480	9.531	-0,5%
Ecopistas		14.430	14.930	-3,3%
Ecovia Caminho do Mar		1.526	1.481	3,0%
Ecocataratas		2.842	2.638	7,7%
Ecosul		1.924	1.944	-1,0%
ECO101		4.251	4.505	-5,7%
Ecoponte		6.292	5.815	8,2%
Total		40.745	40.843	-0,2%
Comercial + Passeio				
Ecovias dos Imigrantes		16.391	16.257	0,8%
Ecopistas		20.514	20.637	-0,6%
Ecovia Caminho do Mar		4.917	4.645	5,9%
Ecocataratas		7.208	7.108	1,4%
Ecosul		6.263	6.078	3,0%
ECO101		11.576	12.131	-4,6%
Ecoponte		7.397	6.953	6,4%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO		74.266	73.809	0,6%

¹ Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou aumento de 0,6% no 1T17, desconsiderando a ECO101 que foi impactada pela greve da polícia militar no estado do Espírito Santo e considerando 28 dias no mês de fevereiro de 2016, houve crescimento de 2,8%. Os principais motivos para essa variação estão apresentados abaixo:

Comentário do Desempenho

Veículos Comerciais – aumento de 1,7% no 1T17, desconsiderando a ECO101 que foi impactada pela greve da polícia militar no estado do Espírito Santo e considerando 28 dias no mês de fevereiro de 2016, houve crescimento de 4,6%. As concessionárias Ecovias, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul tiveram o tráfego influenciado positivamente pelo aumento das exportações de grãos pelos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande. A Ecopistas apresentou aumento devido à maior incidência de dias úteis quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A Ecocataratas apresentou redução devido a menor comercialização da soja na região quando comparado ao 1T16. A Ecoponte apresentou redução do tráfego devido ao arrefecimento da economia e a execução de obras em toda a extensão da Avenida Brasil, que contribuiu para a migração dos veículos comerciais para o Arco Metropolitano.

Veículos de Passeio – redução de 0,2% no 1T17, desconsiderando a ECO101 que foi impactada pela greve da polícia militar no estado do Espírito Santo e considerando 28 dias no mês de fevereiro de 2016, houve crescimento de 1,5%. O tráfego da Ecovia Caminho apresentou crescimento de tráfego advinda da condição climática favorável. A Ecocataratas apresentou crescimento de tráfego impulsionado pelo aumento no fluxo de turismo de compras no Paraguai. A Ecoponte apresentou crescimento em função do aumento do número de turistas para a região dos Lagos, influenciado pelas condições climáticas favoráveis e carnaval. As concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecosul foram influenciadas pelo clima desfavorável, que inibiram o fluxo de turistas com destino aos litorais dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e pela não ocorrência do feriado de Páscoa no 1T17, como ocorrido no 1T16. A Ecopistas teve redução no tráfego devido à queda de renda das famílias na região.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$/ veículos equivalentes pagantes)	1T17	1T16	Var
Ecovias dos Imigrantes	15,81	14,40	9,8%
Ecopistas	3,28	3,03	8,3%
Ecovia Caminho do Mar	16,72	16,04	4,2%
Ecocataratas	11,57	10,96	5,6%
Ecosul	10,97	9,92	10,6%
ECO101	4,00	3,73	7,1%
Ecoponte	4,00	3,70	8,3%
Consolidado	8,57	7,86	9,0%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 9,0% no 1T17, devido, principalmente, à aplicação dos reajustes tarifários nas concessões rodoviárias.

Em maio de 2016, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 em 6,7%. Em junho de 2016, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Ecoponte em 9,5% pelo IPCA.

Em julho de 2016 foi aplicado o reajuste de 9,3% nas tarifas de pedágio das concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas pelo IPCA. No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

Em dezembro de 2016, foram aprovados os reajustes contratuais das tarifas básicas de 4,0% na Ecovia Caminho do Mar e 5,2% na Ecocataratas.

Comentário do Desempenho

Em janeiro de 2017, foi aprovado reajuste das tarifas de pedágio na Ecosul composto pelo reajuste anual previsto em contrato de 5,1%, degrau tarifário de 1,6% relativos ao aditivo contratual assinado em 2015, e acréscimo tarifário de 3,6% em função da revisão ordinária e pleitos de reequilíbrios aprovados pela ANTT, totalizando um reajuste de 10,3%.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$748,4 milhões e R\$665,7 milhões, crescimento de 12,4% no 1T17 e 1T16, respectivamente.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Receitas de Pedágio:	636,6	580,3	9,7%
Ecovias dos Imigrantes	259,1	234,1	10,7%
Ecopistas	67,3	62,5	7,7%
Ecovia Caminho do Mar	82,2	74,5	10,3%
Ecocataratas	83,4	77,9	7,1%
Ecosul	68,7	60,3	13,9%
ECO101	46,3	45,3	2,2%
Ecoponte	29,6	25,7	15,2%
Receitas Acessórias e de Serviços	24,7	20,8	18,8%
Receita de Construção	87,1	64,6	34,8%
Total	748,4	665,7	12,4%

Receita de Pedágio - crescimento de 9,7% no 1T17, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio e aumento do volume de tráfego.

Receita Acessória e de Serviços – incremento de 18,8% no 1T17, proveniente, principalmente, do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – crescimento de 34,8% devido, principalmente, ao maior nível de obras contratuais no período.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS e ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$344,8 milhões, com crescimento de 19,1%. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$145,5 milhões, aumento de 8,9% no 1T17.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Pessoal	60,1	57,9	3,8%
Conservação e manutenção	18,4	18,0	2,2%
Serviços de terceiros	32,7	25,6	27,7%
Poder Concedente, Seguros e Locações	19,8	17,1	15,8%
Outros	14,5	15,0	-3,3%
Custos Caixa	145,5	133,6	8,9%

Comentário do Desempenho

Depreciação e Amortização	91,6	74,1	23,6%
Provisão Manutenção	20,6	17,3	19,1%
Custo de Construção	87,1	64,6	34,8%
TOTAL	344,8	289,6	19,1%

Pessoal: R\$ 60,1 milhões no 1T17, aumento de 3,8%, devido gratificações, rescisões trabalhistas (não recorrentes) e reclamações trabalhistas;

Serviços de terceiros: R\$ 32,7 milhões no 1T17, 27,7% superior ao 1T16, devido despesas com consultoria para otimização e estudos dos novos leilões de concessões rodoviárias no estado de São Paulo;

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$ 19,8 milhões no 1T17, 15,8% superior ao 1T16, devido ao incremento da outorga variável em função do aumento da receita de pedágio e reajuste das taxas de fiscalização;

Depreciação e Amortização: R\$ 91,6 milhões no 1T17, 23,6% superior ao 1T16, devido à maior base de ativos em comparação ao 1T16 e ao reajuste da curva de amortização dos ativos relativos aos contratos de concessão;

Provisão para Manutenção: R\$ 20,6 milhões no 1T17, superior de 19,1%, devido a maior previsão dos programas futuros para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$ 87,1 milhões no 1T17, 34,8% superior ao 1T16, devido ao maior nível de obras contratuais.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$453,8 milhões com margem EBITDA de 75,7% (+0,3 p.p.).

O EBITDA totalizou R\$433,2 milhões no 1T17, crescimento de 10,3%. A margem EBITDA atingiu 63,1% no 1T17, redução de 1,5 pontos percentuais em relação ao 1T16.

EBITDA (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Lucro líquido	163,9	121,7	34,7%
Imposto de renda e contribuição social	88,9	69,8	27,4%
Resultado financeiro	85,3	121,3	-29,7%
Depreciação e amortização	91,6	74,1	23,6%
Participação de minoritários	3,5	6,0	-41,7%
EBITDA¹	433,2	392,9	10,3%
Margem EBITDA¹	63,1%	64,6%	-1,5 p.p.
Provisão para manutenção ²	20,6	17,3	19,1%
EBITDA Pró-forma³	453,8	410,2	10,6%
Margem EBITDA Pró-forma³	75,7%	75,4%	0,3 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com Instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas rodovias.

³ A margem EBITDA pró-forma foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T17 foi negativo em R\$85,3 milhões, redução de -29,7% quando comparado com R\$121,3 milhões do 1T16.

Resultado financeiro (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Juros sobre debêntures	(78,8)	(51,3)	53,6%
Amortização de custos com debêntures	(2,3)	(2,6)	-11,5%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18,9)	(31,3)	-39,6%
Variação monetária empréstimos, financiamentos e debêntures	(29,5)	(68,9)	-57,2%
Variação monetária sobre direito de outorga e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	0,9	(2,1)	n.m.
Variação monetária ativa	2,0	3,5	-42,9%
Receita sobre aplicação financeira	21,6	24,9	-13,3%
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras futuras	(8,7)	(7,5)	16,0%
Juros sobre mútuos	10,1	8,3	21,7%
Juros cessão e assunção de dívida	21,1	-	n.m.
Outros efeitos financeiros	(2,8)	(5,7)	-50,9%
TOTAL	(85,3)	(121,3)	-29,7%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado totalizou R\$163,9 milhões no 1T17, crescimento de 34,7% em relação aos R\$121,7 milhões do 1T16.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

A EcoRodovias Concessões encerrou março de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$736,4 milhões. O endividamento financeiro bruto da EcoRodovias Concessões (composto por empréstimos, financiamentos, notas promissórias, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$4.599,5 milhões em 31 de março de 2017 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de obrigações com Poder Concedente), foi de R\$3.836,9 aumento de 1,5% quando comparado com 31 de dezembro de 2016.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	31/03/2017	31/12/2016	Var.
Concessões Rodoviárias			
Curto Prazo	1.149,3	850,9	35,1%
Empréstimos e financiamentos	332,0	320,4	3,6%
Debêntures	817,3	530,5	54,1%
Longo Prazo	3.424,0	3.581,2	-4,4%
Empréstimos e financiamentos	384,4	394,5	-2,6%
Debêntures	3.039,6	3.186,7	-4,6%
Endividamento Financeiro Bruto¹	4.573,3	4.432,1	3,2%
Obrigações com Poder Concedente	26,2	31,4	-16,7%
Endividamento Bruto	4.599,5	4.463,6	3,0%
Caixa e equivalentes de caixa	736,4	651,5	13,0%
Dívida Líquida	3.863,1	3.812,1	1,3%
Endividamento Financeiro Líquido¹	3.836,9	3.780,7	1,5%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

Comentário do Desempenho

CAPEX

O Capex realizado pela EcoRodovias Concessões totalizou R\$116,4 milhões no 1T17. Os principais investimentos realizados foram investimentos iniciais em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	1T17		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção e Obras	Total
Concessões Rodoviárias	89,7	25,8	115,5
Ecovias dos Imigrantes	5,7	4,2	9,9
Ecopistas	24,8	0,8	25,6
Ecovia Caminho do Mar	2,5	0,9	3,4
Ecocataratas	11,2	9,5	20,7
Ecosul	10,2	2,8	13,0
ECO101	19,2	-	19,2
Ecoponte	16,1	7,6	23,7
EcoRodovias Conc. e Serviços	0,9	-	0,9
CONSOLIDADO	90,6	25,8	116,4

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$313,6 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 8.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 08 de maio de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	20	29	30.704	32.597
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	27.676	37.310	604.751	515.940
Aplicações compromissadas (b)	18.720	7.741	25.997	22.097
Aplicações automáticas - compromissadas (c)	120	889	4.344	12.454
	46.536	45.969	665.796	583.088

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 22,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 64,0% em Operações Compromissadas 13,4% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Fundo de investimento (a)	67.843	65.702
Poupança (b)	2.015	1.961
Conta corrente (c)	739	728
	70.597	68.391
Circulante	62.351	61.748
Não circulante	8.246	6.643

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 99,0% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES e de debêntures da controlada Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA); os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.
- (c) Valores classificados como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculados ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

6. Clientes - consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/03/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico	115.342	127.790
Locações/arrendamentos de área	1.844	1.770
Cargas especiais	305	241
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	3.218	2.475
Painéis publicitários	10	253
Outras contas a receber	2.545	2.462
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (a)	(1.284)	(503)
	121.980	134.488

- (a) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas

6. Clientes - consolidado--Continuação

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	119.947	132.356
Vencidos:		
Até 30 dias	656	1.268
De 31 a 60 dias	74	743
De 61 a 90 dias	79	62
De 91 a 120 dias	1.224	59
Acima de 120 dias	1.284	503
	<u>123.264</u>	<u>134.991</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo inicial	503	383
Constituição de PECLD no período	885	61
Valores recuperados no período	(104)	(162)
	<u>1.284</u>	<u>282</u>

7. Depósitos judiciais - consolidado

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não está efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldos no início do período	285	139	89.031	81.043
Adições	-	30	2.926	660
Baixas	-	-	(348)	(133)
Atualização monetária	9	8	1.369	2.649
Saldos no fim do período	<u>294</u>	<u>177</u>	<u>92.978</u>	<u>84.219</u>

Notas Explicativas**8. Investimentos - controladora**

	Valores das investidas 31/03/2017		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	395.534	94.144	100%	100%	395.534	400.860	94.144	62.877
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	49.970	28.812	100%	100%	49.970	42.780	28.812	24.837
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	514.676	5.852	100%	100%	514.676	498.444	5.852	(1.680)
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A	161.671	3.273	58%	58%	93.769	89.249	1.898	5.791
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. – Ecoponte	126.558	11.819	100%	100%	126.558	123.695	11.819	10.054
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas	134.719	18.961	100%	100%	134.719	134.967	18.961	16.139
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul	36.116	20.753	90%	90%	32.504	71.587	18.678	16.357
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. – ágio			-	-	50.973	52.095	-	-
					1.398.703	1.413.677	180.164	134.375

Notas Explicativas

8. Investimentos - controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2017
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	400.860	(99.470)	-	-	-	94.144	395.534
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	42.780	(28.022)	6.366	-	34	28.812	49.970
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	498.444	(2.635)	13.000	-	15	5.852	514.676
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	89.249	-	2.610	-	12	1.898	93.769
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	123.695	(8.970)	-	-	14	11.819	126.558
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	71.587	(57.774)	-	-	13	18.678	32.504
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	134.967	(19.209)	-	-	-	18.961	134.719
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	52.095	-	-	(1.122)	-	-	50.973
	1.413.677	(216.080)	21.976	(1.122)	88	180.164	1.398.703

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2015	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/016
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	389.566	(67.436)	-	-	62.877	385.007
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	46.430	(619)	-	-	24.837	70.648
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	445.601	-	-	23	(1.680)	443.944
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	73.097	-	-	16	5.791	78.904
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	89.997	(9.092)	-	19	10.054	90.978
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	27.422	-	-	23	16.357	43.802
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	128.226	(14.361)	-	54	16.139	130.058
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	56.584	-	(1.291)	-	-	55.293
	1.256.923	(91.508)	(1.291)	135	134.375	1.298.634

Notas Explicativas

8. Investimentos - controladora--Continuação

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de março de 2017:

	Ativo		Passivo			Demonstração do resultado			
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado operacional bruto	Resultado operacional líquido	Lucro/(prejuízo) do período
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	437.344	1.409.344	133.599	1.317.555	395.534	251.764	166.913	139.042	94.144
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	101.710	1.316.360	185.273	718.121	514.676	88.028	33.904	7.616	5.852
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	55.049	194.453	186.066	13.466	49.970	77.573	52.927	43.332	28.812
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	112.756	379.287	288.861	68.463	134.719	87.299	43.785	29.378	18.961
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	38.244	259.052	197.900	63.280	36.116	71.299	42.289	31.390	20.753
ECO 101 Concessionária de Rodovias S.A.	20.841	487.841	85.958	261.053	161.671	59.248	13.824	5.002	3.273
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	53.133	150.177	46.124	30.628	126.558	52.759	19.123	16.696	11.819

Notas Explicativas

9. Imobilizado

a) Controladora

	Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual
		Saldos em		Adições	Saldos em		Adições	
		31/12/2015	31/03/2016		31/12/2015	31/03/2016		
Hardwares	17,6	15.791	15.791	(9.528)	(695)	(10.223)	5.568	6.263
Máquinas e equipamentos	10,5	1.026	1.026	(519)	(27)	(546)	480	507
Móveis e utensílios	10,1	1.073	1.073	(642)	(27)	(669)	404	431
Terrenos	-	2.074	2.074	-	-	-	2.074	2.074
Edificações	4,0	8.459	8.459	(1.520)	(85)	(1.605)	6.854	6.939
Veículos	20,9	153	153	(51)	(8)	(59)	94	102
Instalações	10,1	7.360	7.360	(1.133)	(186)	(1.319)	6.041	6.227
Imobilizado em andamento	-	2.745	2.788	-	-	-	2.788	2.745
Outros	10,0	4.521	4.528	(1.061)	(113)	(1.174)	3.354	3.460
		43.202	43.252	(14.454)	(1.141)	(15.595)	27.657	28.748

	Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual
		Saldos em		Baixas	Saldos em		Adições	
		31/12/2016	31/03/2017		31/03/2017	31/12/2016		
Hardwares	16,6	17.398	17.398	-	(12.276)	(723)	(12.999)	4.399
Máquinas e equipamentos	7,3	1.046	1.046	-	(614)	(19)	(633)	413
Móveis e utensílios	8,2	1.766	1.766	-	(779)	(36)	(815)	951
Terrenos	-	2.178	2.178	-	-	-	-	2.178
Edificações	4,0	8.459	8.459	-	(1.889)	(85)	(1.974)	6.485
Veículos	20,9	153	153	-	(84)	(8)	(92)	61
Instalações	10,1	7.508	7.706	198	(1.881)	(193)	(2.074)	5.632
Imobilizado em andamento	-	1.739	1.874	-	-	-	-	1.874
Outros	10,1	4.993	4.993	3	(1.517)	(126)	(1.643)	3.350
		45.240	45.573	(3)	(19.040)	(1.190)	(20.230)	25.343
				(3)				26.200

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Custo				Depreciação				Residual				
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2016	31/12/2015	31/12/2016
Hardwares	9,9	238.872	651	(17)	1	239.507	(177.599)	(5.914)	17	-	(183.496)	56.011	61.273
Máquinas e equipamentos	7,3	40.137	1.051	(4)	4	41.188	(19.636)	(741)	4	-	(20.373)	20.815	20.501
Móveis e utensílios	8,6	16.173	84	(38)	5	16.224	(8.052)	(349)	22	(9)	(8.388)	7.836	8.121
Terrenos	-	6.401	-	-	-	6.401	-	-	-	-	-	6.401	6.401
Edificações	4,7	33.921	-	-	-	33.921	(19.172)	(402)	-	-	(19.574)	14.347	14.749
Veículos	13,7	15.919	24	-	-	15.943	(9.765)	(547)	-	-	(10.312)	5.631	6.154
Instalações	10,2	29.653	409	-	(1)	30.061	(6.950)	(762)	-	-	(7.712)	22.349	22.703
Outros	6,5	24.591	169	-	-	24.760	(7.573)	(402)	-	-	(7.975)	16.785	17.018
		405.667	2.388	(59)	9	408.005	(248.747)	(9.117)	43	(9)	(257.830)	150.175	156.920

	Custo				Depreciação				Residual				
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	31/12/2016	31/12/2017
Hardwares	8,8	247.085	1.609	-	-	248.694	(200.438)	(5.442)	-	-	(205.880)	42.814	46.647
Máquinas e equipamentos	6,9	44.761	237	-	-	44.998	(22.662)	(769)	-	-	(23.431)	21.567	22.099
Móveis e utensílios	8,2	17.067	21	-	5	17.093	(9.288)	(351)	-	-	(9.639)	7.454	7.779
Terrenos	-	6.505	-	-	-	6.505	-	-	-	-	-	6.505	6.505
Edificações	4,8	33.921	215	-	-	34.136	(20.808)	(405)	-	-	(21.213)	12.923	13.113
Veículos	13,1	16.754	-	-	-	16.754	(11.599)	(549)	-	-	(12.148)	4.606	5.155
Instalações	10,2	34.290	603	-	-	34.893	(10.177)	(885)	-	4	(11.058)	23.835	24.113
Outros	7,7	22.762	137	(3)	-	22.916	(9.238)	(437)	-	83	(9.592)	13.324	13.544
		423.165	2.822	(3)	5	425.989	(284.210)	(8.838)	-	87	(292.961)	133.028	138.955

Em 31 de março de 2017, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 12). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 13) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

10. Intangível

a) Controladora

Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual									
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	
-	1.157	-	1.157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.157
12,3	58.551	440	58.991	(37.834)	(1.809)	(39.643)	(37.834)	(1.809)	(39.643)	(37.834)	(1.809)	(39.643)	(37.834)	(1.809)	(39.643)	19.348
	59.708	440	60.148	(37.834)	(1.809)	(39.643)	(37.834)	(1.809)	(39.643)	(37.834)	(1.809)	(39.643)	(37.834)	(1.809)	(39.643)	20.505
																21.874

Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual									
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	
-	1.157	-	1.157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.157
11,7	65.901	551	66.452	(45.236)	(1.928)	(47.164)	(45.236)	(1.928)	(47.164)	(45.236)	(1.928)	(47.164)	(45.236)	(1.928)	(47.164)	19.288
	67.058	551	67.609	(45.236)	(1.928)	(47.164)	(45.236)	(1.928)	(47.164)	(45.236)	(1.928)	(47.164)	(45.236)	(1.928)	(47.164)	20.665
																21.822

Intangível em andamento
Softwares de terceirosIntangível em andamento
Softwares de terceiros

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxas médias de amortização - %		Custo				Amortização				Residual	
	31/12/2015	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2016	31/03/2016	31/12/2015	31/12/2016
Contratos de concessão	5.424.735	38.413	(33)	(9)	5.463.106	(1.744.497)	(62.730)	9	(1.807.218)	3.655.888	3.680.238	3.680.238
Softwares de terceiros	75.480	811	-	-	76.291	(48.796)	(2.299)	-	(51.095)	25.196	26.684	26.684
Outros	2.186	33.732	-	-	35.918	(5)	-	-	(5)	35.913	2.181	2.181
	5.502.401	72.956	(33)	(9)	5.575.315	(1.793.298)	(65.029)	9	(1.858.318)	3.716.997	3.709.103	3.709.103

	Taxas médias de amortização - %		Custo				Amortização				Residual	
	31/12/2016	31/03/2017	Adições (i)	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016
Contratos de concessão	5.708.564	32.248	(794)	69	5.740.087	(1.993.604)	(80.210)	7	(87)	(2.073.894)	3.666.193	3.714.960
Softwares de terceiros	85.675	751	-	-	86.426	(58.532)	(2.528)	-	-	(61.060)	25.366	27.143
Intangível em andamento	-	54.749	(219)	(74)	54.456	-	-	-	-	-	54.456	-
Outros	181.290	-	-	-	181.290	(5)	-	-	-	(5)	181.285	181.285
	5.975.529	87.748	(1.013)	(5)	6.062.259	(2.052.141)	(82.738)	7	(87)	(2.134.959)	3.927.300	3.923.388

(i) Os principais valores concentram-se nas controladas diretas: na Eco101 no valor de R\$16.128 na duplicação de segmentos e interseções, implantações de cercas, terraplanos e sistemas de drenagem; na Ecoporte no valor de R\$23.652 nas ampliações de praças de pedágio, grades, lamelas, reparos, revestimentos e obras no Mergulhão de Niterói, Ecovias no valor de R\$4.971, na adequação da 3ª faixa da SP055, e na Ecopistas R\$23.367, sendo a principal obra o prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote I e II e na Ecocataratas no valor de R\$8.614 refere-se a duplicação da BR277 e execução de obras de terraplanagem e pavimentação.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de março de 2017 foram 5,43% a.a. (4,52% a.a. em 31 de março de 2016).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No período findo em 31 de março de 2017, foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$3.497 (R\$160 em 31 de março de 2016).

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período do relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/03/2017	31/03/2017
Provisão para contingências	9.454	738	(180)	10.012	558
Provisão para férias e encargos de diretores	2.977	501	(7)	3.471	494
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	12.545	283	(1.012)	11.816	(729)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	63	263	(16)	310	247
Provisão para manutenção	95.177	5.906	(2.973)	98.110	2.933
AVP ônus Concessão	3.326	-	(612)	2.714	(612)
Juros capitalizados	(2.977)	(1.134)	56	(4.055)	(1.078)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(51.771)	-	835	(50.936)	835
Realização do ágio na incorporação	48.669	-	(2.396)	46.273	(2.396)
IR e CS diferido - ativo (passivo) (ii)	117.463	6.557	(6.305)	117.715	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					252

(i) refere-se ao prejuízo fiscal das controladas diretas: ECO101 e Ecopistas.

(ii) em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$137.679 no ativo não circulante e R\$19.964 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das investidas seja realizada sem até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	25.225	33.002
2018	32.522	32.201
2019	28.864	25.868
2020	26.696	25.868
Após 2020	4.408	524
	117.715	117.463

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	163.983	122.330	256.275	197.506
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(55.754)	(41.592)	(87.134)	(67.152)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	56.284	41.827	-	-
Despesas indedutíveis	(13)	(13)	(75)	(51)
Amortização de ágio	(382)	(439)	(1.625)	(1.683)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	260	254
Outros	(222)	(437)	(355)	(1.187)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(87)	(654)	(88.929)	(69.819)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(309)	(502)	(89.181)	(70.219)
Impostos diferidos	222	(152)	252	400
Taxa efetiva	n.m.	n.m.	34,7%	35,3%

Notas Explicativas**12. Empréstimos e financiamentos - Consolidado**

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	31/03/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:					
Nota promissória (i)	Ecocataratas	Maio de 2017	CDI + 2,65% a.a.	221.829	213.631
Finame (b)	Ecocataratas	Maio de 2017	TJLP + 3,21% a.a.	37	89
Finame (b)	Ecocataratas	Abril de 2017	TJLP + 2,70% a.a.	16	63
Finame (c)	Ecocataratas	Outubro de 2022	2,5% a.a.	245	256
Finame (c)	Ecocataratas	Julho de 2020	6% a.a.	644	694
Finame (d)	Ecocataratas	Junho de 2018	3% a.a.	69	82
Finem (e)	Ecocataratas	Julho de 2018	TJLP + 2,10% a.a.	8.884	10.509
Finem (h)	ECO101	Abril de 2017	UMSELIC+4,87% a.a.	57.088	55.402
Finem (h)	ECO101	Dezembro de 2028	TJLP + 3,84% a.a.	183.824	185.271
Finem (h)	ECO101	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	66.268	66.020
Financiamento (j)	ECO101	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	263	278
Finame (f)	Ecosul	Novembro de 2020	6,0% a.a.	186	198
BNDES (a)	Ecopistas	Julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	33.878	33.497
BNDES (a)	Ecopistas	Junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	143.034	148.819
				716.265	714.809
Circulante				331.889	320.332
Não circulante				384.376	394.477

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2017	31/12/2016
2018	37.845	49.360
2019	47.137	46.939
2020	48.228	48.025
2021	38.717	38.546
Posteriores a 2021	212.449	211.607
	384.376	394.477

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	714.809	852.353
Adições	-	492
Variação cambial	-	(13.333)
Encargo financeiro (vide Nota Explicativa nº 23)	22.407	31.273
Pagamento de juros	(9.956)	(11.400)
Pagamento do principal	(10.995)	(8.848)
Saldo final	716.265	850.537

Notas Explicativas

12. Empréstimos e financiamentos – Consolidado --Continuação

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 31 de março de 2017, os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(f)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(g)	Ecorodovias	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(h)	Eco101	BNDES	A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval da Ecorodovias Infraestrutura e Logística
(i)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(j)	Eco101	Volkswagem	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	36,29%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,2	1,68
(iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado	< 4,0	3,34
Índices financeiros ECO101 BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA	≤ 3,0	3,33 (**)
(ii) PL/passivo total	> 20%	8,67 (**)

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

(**) O não cumprimento dos covenants está amparado até 31 de dezembro de 2017 por waiver do BNDES.

Notas Explicativas

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Taxa de juros	TIR
Nota promissória Ecocataratas	24/11/2015	180.000	100,0% do CDI + 2,65%	16,25% a.a.

13. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Principal corrigido	1.738.942	1.730.600	3.698.451	3.625.072
Remuneração (juros)	78.072	34.284	192.775	128.708
Custos com emissão de debêntures (*)	(11.214)	(12.309)	(34.368)	(36.575)
	1.805.800	1.752.575	3.856.858	3.717.205
Circulante	368.602	110.103	817.265	530.486
Não circulante	1.437.198	1.642.472	3.039.593	3.186.719

(*) os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	1.752.575	951.582	3.717.205	2.845.900
Adições	-	-	49.885	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	53.225	40.900	107.136	122.869
Pagamento juros	-	-	(12.401)	(38.829)
Pagamento de principal	-	-	(4.967)	(31.340)
Saldo final	1.805.800	992.482	3.856.858	2.898.600

Notas Explicativas

13. Debêntures--Continuação

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços (cessão de dívida da Ecorodovias Infraestrutura)			Companhia		Ecovias		Ecopistas		Ecovia		Ecosul	
	2ª Emissão	3ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão
Forma e conversibilidade	Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	60.000 (em duas séries)	80.000 (em três séries)	21.500 (série única)	881.000 (em duas séries)	370 (em quatro séries)	14.300 (série única)	14.300 (série única)	14.300 (série única)	14.300 (série única)	14.300 (série única)	14.300 (série única)	14.300 (série única)	5.000 (série única)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000
Data da emissão	15/04/2015	23/10/2012	18/11/2016	15/04/2013	15/01/2011	04/11/2014	04/11/2014	04/11/2014	04/11/2014	17/11/2014	17/11/2014	17/01/2017	17/01/2017
Valor da emissão	R\$600.000	R\$ 800.000 1ª série - R\$ 240.000 2ª série - R\$ 160.000 3ª série - R\$ 400.000	R\$215.000	R\$ 881.00 1ª série - R\$ 200.000 2ª série - R\$ 681.000	R\$370.000 1ª série - R\$92.500 2ª série - R\$92.500 3ª série - R\$92.500 4ª série - R\$92.500	R\$143.000	R\$143.000	R\$143.000	R\$143.000	R\$148.000	R\$148.000	R\$50.000	R\$50.000
P.L.U atualizado em 31 de março de 2017	1ª série -10.639 2ª série -10.650	1ª série - R\$7.080 2ª série - R\$13.949 3ª série - R\$13.970	R\$ 10.529	1ª série - R\$1.360 2ª série - R\$1.365	1ª série - R\$1.258 2ª série - R\$1.335 3ª série - R\$1.309 4ª série - R\$1.263	R\$11.725	R\$11.725	R\$11.725	R\$11.725	R\$11.725	R\$11.725	R\$10.260	R\$10.260
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - Não atualizável 2ª série - Não atualizável	1ª série e série única - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	Não atualizável	1ª e 2ª séries - IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável
Remuneração (juros e correção)	1ª série: CDI+1,18% a.a. 2ª série: CDI+1,42% a.a.	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	Série única - 114% do CDI	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	115,0% do CDI	115,0% do CDI	115,0% do CDI	115,0% do CDI	115,0% do CDI	115,0% do CDI	107,5% do CDI	107,5% do CDI
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: 15/10/2016 a 15/04/2018 2ª série: 15/10/2016 a 15/04/2020	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)	Série única - 2 Parcelas semestrais e 1 parcela trimestral (18/5/17 a 19/02/18)	Série única - 2 Parcelas semestrais e 1 parcela trimestral (18/5/17 a 19/02/18)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	17/05/2017	19/06/2017, 18/12/2017, 17/06/2018	19/06/2017, 18/12/2017, 17/06/2018	

Notas Explicativas

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços (cessão de dívida da Ecorodovias Infraestrutura)		Companhia		Ecovias		Ecopistas		Ecovia		Ecosul	
	2º Emissão		3º Emissão		2º Emissão		Ecopistas		Ecovia		Ecosul	
Vencimento da amortização	11ª série: 100% em 15/04/2018 22ª série: 50% 15/04/2019 e 50% 15/04/2020 22ª emissão: Parcelas semestrais (20/02/2013 a 20/02/2020). 33ª emissão: 15/08/2016 4ª emissão: 18/09/2016	1ª série: parcelas anuais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)	Série única (19/02/2018)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: parcelas anuais (15/01/2012 a 15/01/2023) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: parcelas anuais (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: parcelas anuais (15/10/2012 a 15/10/2022)	17/05/2017	17/05/2017	17/05/2017	17/05/2017	17/05/2017	17/05/2017	17/06/2018
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Constituição da quantia equivalente a próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das Debêntures.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Notas Explicativas

13. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia			Ecopistas	Ecovia	Ecosul
	2º Emissão	3º Emissão	2º Emissão			
<p>EcoRodovias Concessões e Serviços (cessão de dívida da EcoRodovias Infraestrutura</p>						
Instituição depositária das debêntures Local de pagamento	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	ITAU CV S/A	Banco Bradesco S.A. Banco Bradesco S.A.	1º Emissão Banco Bradesco S.A. Banco Bradesco S.A. 2º Emissão Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva Agente fiduciário	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP	CETIP E BMF&BOVESPA e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou BOVESPAFIX	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A. CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Garantias	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A. Planner Trustee DTVM Ltda.	Não aplicável Oliveira Trust DTVM S.A.	Não aplicável Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Cláusulas de repactuação das debêntures Classificação de riscos	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Índices financeiros	Ba1 (escala global) e Aa1.br (NSR) da Moody's	"brAA+" da Standard & Poors"	"brAA+" da Standard & Poors.	"Ba1 (escala global) e Aa2.br (NSR)" da Moody's.	Não há classificação de riscos	Não há classificação de riscos
	(i) Dívida líquida/EBITDA da controlada EcoRodovias Concessões e Serviços	Menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA líquida.	Série única - Menores ou igual a 3,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA líquida.	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%. (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Dívida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 2,5x a partir de 31/12/2015 e superior a 3,0x a partir de 31/03/2016 e 31/03/2016 e Ebitda ajustado inferior a 3x a partir de 30/06/2016	Dívida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 3,0x a partir de 31/03/2017

Notas Explicativas

13. Debêntures--Continuação

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2017, conforme demonstrado abaixo:

EcoRodovias Concessões	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA	< 3,5	2,54
(ii) EBTIDA/despesa financeira líquida	>2,0	4,39
(iii) Dívida Líquida/EBTIDA	> 3,75	2,54
(iv) EBTIDA Ajustado/Despesa financeira	>2,0	4,39
Ecovias - 2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA	< 3,5	1,23
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	8,58
Ecopistas	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	36,29%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,68
(iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,34
EcoRodovias Concessões (Cessão dívida Ecorodovias Infraestrutura)	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços	< 3,75	2,54
Ecovia	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado	<3,0	0,68
Ecosul	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado	<3,0	1,15

(*) Índices não revisados pelos auditores independentes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/03/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	421.150	(1.946)	419.204	634.958	(3.330)	631.628
2019	293.134	(2.040)	291.094	291.942	(2.040)	289.902
2020	365.876	(1.443)	364.433	363.890	(1.443)	362.447
2021	181.875	(958)	180.917	179.889	(958)	178.931
2022 em diante	181.915	(365)	181.550	179.929	(365)	179.564
	1.443.950	(6.752)	1.437.198	1.650.608	(8.136)	1.642.472
	Consolidado					
	31/03/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	514.086	(4.996)	509.090	688.152	(8.106)	680.046
2019	495.035	(6.061)	488.974	491.639	(6.061)	485.578
2020	585.075	(3.353)	581.722	582.307	(4.981)	577.326
2021	298.276	(4.417)	293.859	295.016	(4.415)	290.601
2022 em diante	1.170.147	(4.199)	1.165.948	1.157.366	(4.198)	1.153.168
	3.062.619	(23.026)	3.039.593	3.214.480	(27.761)	3.186.719

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR (a.a.)
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	11,93%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	11,82%
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	11,76%
	Debêntures - 1ª série	24/05/15	232.000	(1.571)	230.429	CDI+1,18%a.a.	14,52%
	Debêntures - 2ª série	24/05/15	368.000	(2.492)	365.508	CDI+1,42%a.a.	14,49%
	Debêntures - série única	18/11/16	215.000	(226)	214.774	114% do CDI IPCA + 3,80%	14,07%
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	a.a. IPCA + 4,28%	10,05%
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	a.a.	10,15%
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,98%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,09%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,06%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,98%
Ecovia	Debêntures - 1ª série	04/11/14	143.000	(233)	142.767	115% do CDI	14,63%
Ecosul	Série única	17/11/14	148.000	(228)	147.772	115% do CDI	14,68%
	Série única	17/01/17	50.000	-	50.000	107,5% do CDI	12,97%
			<u>3.207.000</u>	<u>(68.633)</u>	<u>3.138.367</u>		

14. Arrendamento mercantil financeiro - Consolidado

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	102	97
	-	28
	<u>102</u>	<u>125</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	3	2
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>105</u>	<u>127</u>
Circulante	105	99
Não circulante	-	28
A movimentação das informações está demonstrada a seguir:		
	31/03/2017	31/12/2016
Adição	127	185
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	7	29
Pagamento principal	(22)	(60)
Pagamento de juros	(7)	(27)
Saldo final	<u>105</u>	<u>127</u>

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora	
		31/03/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada direta	1.548	821
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (b)	Controlada direta	1.426	757
Ecopátio Cubatão Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	66	61
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	7.828	7.032
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (b)	Controlada direta	383	204
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada direta	5.831	3.095
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada direta	1.853	984
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (b)	Controlada direta	44.113	37.390
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (i)	Controlada direta	24	49
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (i)	Controlada direta	46	40
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada direta	1.680	490
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	12.197	11.796
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r)	Controladora direta	83.976	62.846
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (i)	Controlada direta	78	55
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (g)	Controlada direta	-	22
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	220	177
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (f)	Controlada direta	-	6
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora direta	20.080	19.594
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (m)	Controlada direta	-	96
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	Controlada direta	34	-
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	8	-
		181.391	145.515
Não circulante			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora direta	301.258	293.176
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r)	Controladora direta	598.178	598.178
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada direta	125.498	122.038
		1.024.934	1.013.392
Total do ativo		1.206.325	1.158.907

Notas Explicativas**15. Partes relacionadas--Continuação**

	Natureza	Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	66	65
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	7.828	7.032
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	220	178
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r)	Controladora direta	83.977	62.846
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora direta	20.080	19.594
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	12.197	11.795
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	8	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	44	-
		124.420	101.510
Intangível			
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	869	6.444
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	6.515	57.711
Contek Engenharia S.A. (s)	Outras partes relacionadas	2.686	7.293
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	3.701	28.738
Consórcio Carvalho Pinto (l)	Outras partes relacionadas	-	4.468
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (t)	Outras partes relacionadas	22.667	58.162
Araribóia Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. (p)	Outras partes relacionadas	1.887	6.773
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (q)	Outras partes relacionadas	155	1.568
		38.480	171.157
Contrato de Mútuo			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora direta	301.258	293.176
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r)	Controladora direta	598.178	598.171
		899.436	891.347
Total do ativo		1.062.336	1.164.014

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas--Continuação

	Natureza	Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016
Passivo			
Circulante - contas a pagar			
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	2.199
Termares Terminais Marítimo Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	1
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	3
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora direta	-	50
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	93	64
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora direta	480	4.145
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	1.596	140
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	746	778
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (c)	Outras partes relacionadas	8.237	3.529
Contek Engenharia S.A. (s)	Outras partes relacionadas	785	688
Unimar Transportes Ltda. (n)	Outras partes relacionadas	440	437
Vix Logística S.A. (o)	Outras partes relacionadas	474	472
A.Madeira Ind. Com. Ltda. (u)	Outras partes relacionadas	775	-
Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. (p)	Outras partes relacionadas	544	483
Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. (q)	Outras partes relacionadas	155	155
		14.325	13.144
Total do passivo		14.325	13.144
Resultado			
Receita			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	210	265
Termares Terminais Marítimo Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	848	689
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	846
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	817	1.135
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.790	-
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	428	425
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	153
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r)	Controladora direta	21.131	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k) e (c)	Controladora direta	10.096	-
		35.320	3.513
Custos/despesa			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora direta	149	-
Vix Logística S.A. (o)	Outras partes relacionadas	2.056	-
Unimar Transportes Ltda. (n)	Outras partes relacionadas	1.916	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	31	-
		4.152	-

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$125.498 (R\$122.038 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2025.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$177.002, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de março de 2017 é de R\$77.145 (R\$62.807 em 31 de dezembro de 2016).
- O valor de R\$20.080 (R\$285.435 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 13,64% a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção na rodovia da controlada Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$41.139. O prazo para execução destes serviços será em março de 2018 e em 31 de março de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$2.705 Os saldos em aberto a pagar de R\$1.596 (sobre serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros nem não foram concedidas garantias aos credores.
- A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e

Notas Explicativas

transporte de material asfáltico à Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Eco101 Concessionária de Rodovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$331.255. O prazo para execução desses serviços será em maio de 2017 e em 31 de março de 2017 há um saldo de serviços a realizar de R\$180.142. Os saldos em aberto a pagar R\$839 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- (f) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (g) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (h) Refere-se ao aluguel de imóvel, no qual está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (i) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato vigorou de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2017.
- (j) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes.
- (k) O valor de R\$301.258 (R\$285.435 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 13,64% a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- (l) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contrados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$51.719. O prazo para execução dos serviços foi em março de 2017. Em 31 de março de 2017, já haviam sido incorridos R\$51.278 e não existem saldos em aberto a pagar.
- (m) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de março de 2017, esse valor atualizado é de R\$53 por mês.
- (n) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2017, já haviam incorridos R\$23.391. Em 31 de março de 2017, há um saldo em aberto a pagar de R\$440 com vencimento em até 45 dias.
- (o) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2017, já haviam incorridos R\$23.391, e há um saldo a pagar de R\$474 com vencimento em até 45 dias.
- (p) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. participa do Consórcio Construtor Eco, o qual possui 26% de participação no consórcio. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços foi em 30 de abril de 2016. O valor total do contrato é de R\$9.134, sendo que até 31 de março de 2017 foi incorrido o montante de R\$9.126. O saldo em aberto em 31 de março de 2017 é R\$544.
- (q) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016, sendo que o valor já foi incorrido. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$155 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (r) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18% a.a. com vencimento em 15/04/2018 e a.a. e - 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15/04/2020.
- (s) A Contek Engenharia S.A. participa do Consórcio Construtor Eco, o qual possui 37% de participação no consórcio. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é de duplicação da BR101. O valor total desse contrato é de R\$189.862 e sua vigência é até junho de 2018, já foram incorridos R\$26.780 e há um saldo a pagar de R\$785.
- (t) A CR Almeida Engenharia de obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas

Notas Explicativas

rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias, bem como obras na Ponte Rio Niterói. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias/Ecoponte e o Consórcio Serra do Mar é de R\$54.088, incluindo aditivo contratual. O contrato encerrou em 31 janeiro de 2017 e há um saldo a realizar de R\$1.131. Em 31 de março de 2017 há um saldo em aberto de R\$8.237.

- (u) A Madeira Ind. Com. Ltda. participa do Consórcio Construtor Eco, o qual possui 37% de participação no consórcio. O objetivo do contrato é a duplicação da BR101. O valor desse contrato é de R\$42.745 e sua vigência é até março de 2018, já foram incorridos R\$12.117. Em 31 de março de 2017 há um saldo em aberto de R\$775.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 31 de março de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2017 em R\$13.819, contemplando custos adicionais referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	2.849
Plano de retenção	1.225
Plano de opção com base em ações	32
Previdência privada	21
Remuneração baseada em ações	133
Assistência médica	17
Seguro de vida	1
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	594
	<u>4.872</u>

Notas Explicativas**16. Obrigações com Poder Concedente - consolidado**i) Outorgas fixas e variáveis

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	20.662	26.249
Variável - Ecosul (e)	265	196
Variável - Ecovias (b)	1.343	1.448
Variável - Ecopistas (b)	355	380
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	496	496
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	258	258
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (d)	248	248
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (g)	330	355
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	294	294
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (j)	1.920	1.522
	26.171	31.446
Circulante	24.569	24.019
Não circulante	1.602	7.427

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em 30 de setembro de 2016, restam 13 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 94,58% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).
- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de março de 2017, o valor atualizado mensal é de R\$248 (R\$248 em 31 de dezembro de 2016).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2017, a parcela reajustada é de R\$294 (R\$294 em 31 de dezembro de 2016).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de março de 2017, o valor atualizado é de R\$258 (R\$258 em 31 de dezembro de 2016).
- i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- j) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	1.602	7.427
	1.602	7.427

Notas Explicativas

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo inicial	31.446	43.107
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	10.370	9.504
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 23)	(948)	2.079
Pagamento do principal	<u>(14.697)</u>	<u>(13.806)</u>
Saldo final	<u>26.171</u>	<u>40.884</u>

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Notas Explicativas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Natureza dos custos	31/03/2017							Total
	Previsão de 2017 ao fim da concessão						Total	
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101		
Melhorias na infraestrutura	72.036	236.574	113.650	122.206	65.704	1.699.172	708.657	3.017.999
Conservação especial (manutenção)	48.371	64.414	226.822	253.800	402.191	551.759	443.676	1.991.033
Equipamentos	11.248	9.177	43.471	8.587	222.359	337.481	94.261	726.575
Total	131.655	310.165	383.943	384.584	690.254	2.588.412	1.246.594	5.735.607

Natureza dos custos	31/12/2016							Total
	Previsão de 2017 ao fim da concessão						Total	
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101		
Melhorias na infraestrutura	74.129	239.332	115.064	129.623	66.274	1.698.843	725.679	3.048.944
Conservação especial (manutenção)	48.232	66.320	228.847	263.317	404.445	546.496	439.444	1.997.101
Equipamentos	11.265	12.816	43.057	8.496	220.238	334.482	93.520	723.874
Total	133.626	318.468	386.968	401.436	690.957	2.579.821	1.258.643	5.769.919

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$ 71 milhões já realizados até 31 de março de 2017 e R\$ 213 milhões a serem realizados. A Companhia

Notas Explicativas

entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela controlada direta Ecopistas.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente. Mediante mútuo consenso entre as partes foi firmado acordo judicial no qual foi reconhecido o direito ao reajuste às Concessionárias. O referido acordo foi judicialmente homologado e as demandas correspondentes foram extintas.

Notas Explicativas

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias deram início a um processo de revisão contratual amigável desde agosto de 2011.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.--Continuação

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento.

17. Provisão para manutenção - Consolidado

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente com taxas de 11,52% a 16,28% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para manutenção	1.002.111	27.552	-	-	1.029.663
Efeito do valor presente sobre a constituição	(210.773)	(6.928)	-	-	(217.701)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(18.258)	-	(680.773)
Ajuste a valor presente - realizações	139.249	-	-	7.486	146.735
	268.072	20.624	(18.258)	7.486	277.924
Circulante	87.531				73.563
Não circulante	180.541				204.361

	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para manutenção	869.824	24.879	-	-	894.703
Efeito do valor presente sobre a constituição	(183.215)	(7.622)	-	-	(190.837)
Realização da manutenção	(562.443)	-	(19.353)	-	(581.796)
Ajuste a valor presente - realizações	111.277	-	-	6.994	118.271
	235.443	17.257	(19.353)	6.994	240.341
Circulante	55.869				46.445
Não circulante	179.574				193.896

Notas Explicativas

18. Provisão para construção de obras futuras - Consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 11,52% e 16,28% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(7.604)	-	(43.471)
Ajuste a valor presente - realizações	11.111	-	1.207	12.318
	71.892	(7.604)	1.207	65.495
Circulante	38.124			37.817
Não circulante	33.768			27.678

	31/12/2015	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(10.727)	(3.940)	-	(14.667)
Ajuste a valor presente - realizações	8.947	-	540	9.487
	94.868	(3.940)	540	91.468
Circulante	43.227	-	-	44.288
Não circulante	51.641	-	-	47.180

19. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	-	645	-	645
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	(86)	-	(86)
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	7	-	7
Saldos em 31 de março de 2017	-	566	-	566

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	-	112	-	112
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	-	-	-
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	3	-	3
Saldos em 31 de março de 2016	-	115	-	115

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	62.558	9.438	7.668	79.664
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	407	442	221	1.070
(-) Pagamentos	(230)	(412)	-	(642)
(+) Atualização monetária	602	592	18	1.212
Saldos em 31 de março de 2017	63.337	10.060	7.907	81.304

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	68.008	7.829	5.343	81.180
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	525	478	212	1.215
(-) Pagamentos	(325)	(307)	-	(632)
(+) Atualização monetária	1.946	994	185	3.125
Saldos em 31 de março de 2016	70.154	8.994	5.740	84.888

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- As principais causas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são da controlada direta Ecovias, que possui uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Ecovias, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Ecovias foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de março de 2017 este valor atualizado é de R\$46.064, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão"). A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Ecovias, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que o valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$46.064, não houve atualização para 31 de março de 2017.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2017, o montante de R\$98.493 (R\$91.611 em 31 de dezembro de 2016), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2017, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$38.492 (R\$38.469 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

Notas Explicativas

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de março de 2017, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$141.210 (R\$32.426 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários classificados como possível são conforme segue:

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada direta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de março de 2017 é de R\$7.407 (R\$9.045 em 31 de dezembro de 2016).
- Processo na controlada Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, ainda pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. O valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$110.238, não houve atualização para 31 de março de 2017.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2017, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2017 o total de reserva legal é de R\$139.343 (R\$139.343 em 31 de dezembro de 2016).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos no período findo em 31 de março de 2017 de R\$171.419 refere-se a: R\$34.212 juros sobre o capital próprio remanescente do exercício de 2017; R\$33.879 dividendo remanescente do exercício de 2017, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2017, e R\$103.328 dividendos intermediários de 2017, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão a Assembleia Geral Ordinária em abril de 2018.

Notas Explicativase) Participações de acionistas não controladores

	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	72.583	55.979
Aporte de capital	1.890	-
Dividendos	(6.420)	-
Reserva de capital - plano de opções	10	14
Participação nos lucros do período	3.450	6.011
Saldo final	71.513	62.004

21. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	280.984	256.486
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	307.750	276.118
Vale-pedágio	-	-	47.706	47.518
Outras	-	-	212	185
	-	-	636.652	580.307
Receita de construção	-	-	87.125	64.604
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	48.999	52.047	24.662	20.817
Receita bruta	48.999	52.047	748.439	665.728
Deduções de receita bruta (d)	(5.472)	(5.814)	(62.123)	(57.349)
Receita líquida	43.527	46.233	686.316	608.379

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	636.652	580.307
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	48.999	52.047	24.662	20.817
	48.999	52.047	661.314	601.124
Deduções				
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(3.725)	(3.927)	(23.450)	(21.853)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(808)	(852)	(5.081)	(4.737)
ISS (2% a 5%)	(939)	(1.035)	(33.592)	(30.759)
	(5.472)	(5.814)	(62.123)	(57.349)

Notas Explicativas

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal	21.209	20.407	60.116	57.944
Conservação e manutenção	1.698	937	18.414	17.951
Serviços de terceiros (*)	9.023	1.604	32.652	25.607
Seguros	-	-	3.482	4.032
Depreciações e amortizações	3.118	2.950	91.576	74.146
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	-	-	10.370	9.504
Locações de imóveis e máquinas	3.255	737	5.940	3.546
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 17)	-	-	20.624	17.257
Custo de construção de obras (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	87.125	64.604
Outros custos e despesas operacionais	1.077	1.427	14.535	14.960
	39.380	28.062	344.834	289.551
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	22.559	23.136	308.714	263.807
Despesas operacionais gerais e administrativas	16.821	4.926	36.120	25.744

(*) os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.193	5.979	21.611	24.938
Juros sobre mútuo	14.168	12.087	10.097	8.257
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	948	-
Variação monetária ativa	649	711	2.012	3.495
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos (*)	-	-	-	13.333
Cessão e assunção de dívidas	21.131	-	21.131	-
Outras receitas financeiras	30	-	3.540	18
	37.171	18.777	59.339	50.041
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(43.789)	(17.972)	(78.835)	(51.345)
Variação monetária sobre debêntures	(8.342)	(21.857)	(25.979)	(68.904)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.094)	(1.071)	(2.322)	(2.620)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(4.884)	(18.917)	(31.273)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (*)	-	-	(3.490)	-
Encargos sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(7)	(29)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	-	(2.079)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras futuras	-	-	(8.693)	(7.534)
Atualização monetária obrigações sociais	(7)	(3)	(1.213)	(3.134)
Outras despesas financeiras	(3.147)	(1.907)	(5.192)	(4.426)
	(56.379)	(47.694)	(144.648)	(171.344)
Resultado financeiro, líquido	(19.208)	(28.917)	(85.309)	(121.303)

(*) A Variação Monetária ativa sobre o empréstimo mantido junto ao BNDES pela controlada Eco101 Concessionária de Rodovias, deve-se ao fato da redução do dólar no período, sendo esta a principal moeda da cesta "UMBNDDES", que é o fator de correção do referido empréstimo.

Notas Explicativas

24. Lucro por ação - Consolidado

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	163.896	121.676
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,24</u>	<u>0,17</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - Consolidado

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (a)	1.805.800	1.752.575	4.599.399	4.463.588
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(46.536)	(45.969)	(736.393)	(651.479)
Dívida líquida	<u>1.759.264</u>	<u>1.706.606</u>	<u>3.863.006</u>	<u>3.812.109</u>
Patrimônio líquido (b)	905.646	878.786	977.159	951.369
Índice de endividamento líquido	<u>1,94</u>	<u>1,94</u>	<u>3,95</u>	<u>4,01</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 12, 13, 14 e 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,6% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 12, 13, 14 e 16.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2017 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	30.704	30.704
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	121.980	121.980
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	705.689	705.689
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	36.315	36.315
Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro (iii)	Outros passivos financeiros	716.370	716.370
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	3.856.858	3.856.858
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Outros passivos financeiros	26.171	26.171
Phantom Stock Option (v)	Outros passivos financeiros	4.210	4.210

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures se aproximam do valor justo na data do balanço.

(iii) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

(iv) O valor do *phantom stock option* está registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

Notas Explicativas

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$96.180 (R\$110.214 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Notas Explicativas

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures Ecovia	115,0% CDI	170.135	-	-	-
Debêntures Ecosul	115,0% CDI	176.602	-	-	-
Debêntures Ecosul	107,5% CDI	7.648	51.382	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18% a.a.	44.432	233.356	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	71.812	48.474	209.734	184.998
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	105.222	85.517	-	-
Debêntures - ECS	114,0% CDI	251.545	-	-	-
Nota promissória Ecocataratas	CDI + 2,65% a.a.	225.776	-	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	39.107	36.756	34.433	63.183
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10% a.a.	7.118	2.255	-	-
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	33.173	35.263	35.263	322.309
Finame - Ecocataratas	TJLP + 3,21% a.a.	37	-	-	-
Finame - Ecocataratas	TJLP + 2,70% a.a.	16	-	-	-
BNDES - Eco101	UMSELIC+4,87%a.a.	57.196	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	16.123	126.562	126.415	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	102.704	95.465	114.208	382.477
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	43.117	31.769	33.824	730.736
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	19.534	10.705	148.256	149.317
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	74.909	41.053	43.717	1.313.215
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	7.518	7.105	6.709	25.645
Leasing Ecosul	25,13% a.a.	116	-	-	-
Leasing ECO101	21,27% a.a.	122	122	92	-
Finame Ecosul	6,00% a.a.	60	57	54	34
Finame - Ecocataratas	2,50% a.a.	49	48	47	117
Finame - Ecocataratas	3,00% a.a.	56	14	-	-
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	233	221	209	41

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (f)	Baixa do CDI	42.790	32.092	21.395
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(205.702)	(226.295)	(246.666)
Juros sobre notas promissórias (a)	Alta do CDI	(44.923)	(45.425)	(45.919)
Juros empréstimos e financiamentos (e)	Alta UMSELIC	(237)	(296)	(355)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(210.926)	(213.566)	(216.221)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(34.496)	(43.120)	(51.744)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(4.700)	(5.875)	(7.050)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(78)	(98)	(118)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(458.272)</u>	<u>(502.583)</u>	<u>(546.678)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de março de 2017 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,50%	10,63%	12,75%
IGP-M (b)	5,06%	6,33%	7,59%
IPCA (c)	4,27%	5,34%	6,41%
TJLP (d)	7,50%	9,38%	11,25%
UMSELIC (e)	1,8410	2,3013	2,7615
CDI (f)	8,50%	6,38%	4,25%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

26. Evento subsequente

Em 12 de abril de 2017, a Companhia, realizou a sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, na modalidade privada, no montante de R\$300.000, sendo a controlada direta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., sua credora. O vencimento da amortização do principal e dos juros é 14 de abril de 2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5